



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2014.0000771422**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0007016-40.2011.8.26.0577, da Comarca de São José dos Campos, em que é apelante SIMONE APARECIDA DOS SANTOS SILVA e é apelada MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. V.U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente sem voto), BERENICE MARCONDES CESAR e CESAR LACERDA.

São Paulo, 27 de novembro de 2014.

**Celso Pimentel**  
**relator**  
Assinatura Eletrônica

Voto nº 28.745

Apelação com revisão nº 0007016-40.2011.8.26.0577

8ª Vara Cível de São José dos Campos

Apelante: Simone Aparecida dos Santos Silva

Apelada: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

28ª Câmara de Direito Privado

Ausente a invalidez permanente alegada pela autora, que decorreria de acidente de trânsito, mantém-se o decreto de improcedência da demanda por indenização do seguro obrigatório.

Autora de demanda por indenização do seguro obrigatório apela da respeitável sentença de improcedência. Critica o laudo pericial, cuja cassação busca, e insiste na sequela decorrente do acidente de trânsito.

Dispensava-se preparo e veio resposta.

É o relatório.

Vítima de acidente de trânsito, a autora, segundo a perícia do insuspeito IMESC, que não merece as críticas tecidas, não apresenta invalidez permanente, apesar da fratura exposto do tornozelo direito.

Então e porque nenhum outro elemento objetivo em contrário há, ela não faz jus à pretendida indenização, nos termos da respeitável sentença, cuja fundamentação se adota.

Pelas razões expostas, nega-se provimento ao apelo.

Celso Pimentel  
relator